

# UM MUNDO DIVIDIDO: MERCADO MUNDIAL, AS RELAÇÕES INTERESTATAIS E O ADVENTO DA ERA CONTEMPORÂNEA (1870-1914)

## Resumo

**E**ste trabalho tem por objetivo discutir a relação entre o nascimento do mundo contemporâneo, na interpretação de Geoffrey Barraclough, o surgimento do mercado mundial sob o capitalismo industrial, e as relações interestatais entre 1870-1914. Como hipótese, sugere-se que as visões apologéticas a respeito das virtudes da integração econômica global devem ser relativizadas diante da indissociabilidade histórica entre o mercado mundial e as demais “influências formativas” do mundo contemporâneo, todas tendentes ao acirramento do conflito interestatal. Desse modo, conclui-se que o mercado mundial não só se desenvolveu a partir de um “mundo dividido”, como foi – e segue sendo – vetor de aprofundamento dessa divisão. A análise fundamenta-se na compreensão dialógica das “influências formativas” tal como desenvolvida por Barraclough, e emprega dados compilados a partir das bases da NBER e de trabalhos estatísticos da OCDE.

**Palavras-chave:** mundo contemporâneo; mercado mundial; relações interestatais; conflito; desigualdade.

**Classificação JEL:** N10; N01; N13; N15.

**DANIEL DE PINHO  
BARREIROS**

Área de História Econômica,  
Instituto de Economia da  
UFRJ. Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional.

## Abstract

This paper aims at discussing the relationship among the birth of the contemporary world, according to Geoffrey Barraclough, the

emergence of global markets under the industrial capitalism, and interstate relations between 1870 and 1914. As hypothesis, it is suggested that apologetic visions about the virtues of global economic integration must be relativized due to the historical inseparability between the world market and other “formative influences” of the contemporary world, all of which tend towards the intensification of interstate conflict. Conclusions point out to the fact that world market not only developed itself from a “divided world”, but keeps on being a deepening vector of this division. The analysis is based on dialogic understanding of the “formative influences” as developed by Barraclough, and uses data compiled from NBER databases and OECD statistical works.

**Keywords:** contemporary world; world market; interstate relations; conflict; inequality.

### **I. Mundo menor, hiatos maiores**

Se a proximidade espacial entre os povos, a homogeneização de padrões culturais e institucionais, a intensificação do fluxo de bens, capitais e serviços, e a integração dos espaços econômicos nutrem, no senso comum, algum potencial para minimizar as disparidades de poder (entendido de forma ampla) entre os Estados nacionais, seria ali, naqueles anos pioneiros de

1870, no nascedouro da Era Contemporânea, que o mundo devia estar se tornando menos desigual e mais pacífico. A vantagem da retrospectiva, de que usufruem o olhar cotidiano e o do estudioso da história econômica, permite a qualquer um, com breve exercício crítico, pôr um ponto de interrogação nessa narrativa e questionar qualquer aludida relação positiva entre a integração mundial e a paz. Não é bem assim, contudo, que pensam os arautos da globalização, nas suas pregações sobre as virtudes dos mercados livres e do “encurtar das distâncias” no século XXI. Esses são fenômenos que em sua versão atual podem ter virtudes (muitas ou poucas, ainda que nenhuma ligada à equalização das relações de poder entre os Estados nacionais), mas, historicamente, compartilham dos vícios de seus congêneres do século XIX, já que com eles guardam não só uma relação genética, mas de continuidade. Para que se exerça alguma tensão sobre a atitude da intelectualidade “globalizante”, esse artigo enfatiza fenômenos com conteúdo menos otimista, todos ligados à relação entre o surgimento do mercado mundial capitalista e as relações interestatais na Era Contemporânea, sem a pretensão de reinventar a roda, mas de agregar mais uma peça nesse quebra-cabeça de interpretações sobre as “origens do nosso tempo”.

Geoffrey Barraclough, na Inglaterra da década de 1960, sugeriu que o nascimento do mundo contemporâneo fora obra de influências formativas que, surgidas àquela altura ou em passado pouco mais distante, convergiram funcionalmente por volta das décadas de 1870-1890, lentamente esgotando ou resignificando caracteres estruturais<sup>1</sup> conformadores do mundo dito “moderno” (surgido do rescaldo do Renascimento e das revoluções burguesas dos séculos XVI-XVIII, e em plena maturação nas décadas de 1850-1860). Barraclough propôs que um olhar histórico sobre fenômenos ocorridos após as últimas duas décadas do século XIX precisaria repousar sobre “um novo enquadramento” e sobre “novos termos de referência”, diferentes daqueles empregados para a análise da era “moderna”, especialmente porque a história do mundo contemporâneo seria, forçosamente, uma história mundial, algo que a tornaria qualitativamente diferente da história que lhe precedeu. Esse caráter global seria devido ao fato de grande parte das influências formativas<sup>2</sup> desse novo mundo provir de fenômenos ocorrentes em espaços sócio-históricos extraeuropeus, o que demandaria um abandono da perspectiva eurocêntrica, para bem da análise histórica, antes de qualquer tomada de posição política (Barraclough, 1976, p. 11-12). É sob o signo do aparecimento de potências ágio-americanas (os Estados Unidos, a Rússia, o Japão), da crescente americanização dos costumes e das instituições após 1890, do

progressivo declínio de poder internacional dos Estados europeus, da ampliação dramática das interseções entre os cenários históricos afro-asiáticos e o cenário euro-americano, do novo imperialismo, da segunda revolução industrial, da democracia de massas e dos desafios ao liberalismo (nenhum deles restrito à Europa) que Barraclough entende as potencialidades de uma história mundial.

Isso posto, temos que a Era Contemporânea, com sua história mundial, traz em si uma forte possibilidade de interface sistêmica entre fenômenos históricos com áreas de efeito imediatas apartadas espacialmente;<sup>3</sup> e nesse sentido, o crescimento de um tabuleiro histórico formado pelas zonas de interseção entre tabuleiros históricos “locais” (que deixa cada vez menos espaço para o “local” em nome do “mundial”) faz com que esse mundo “em crescimento” esteja, na verdade, diminuindo. Esse encurtamento dos espaços não aparece como um desejo teórico de que as coisas tenham sido assim, e assim ainda sejam, para que esta ou aquela tomada de posição política seja legitimada. Feitas as perguntas corretas, o registro histórico – elemento mediador de nosso contato sensível com a experiência humana – pode de fato nos responder que o mundo das últimas décadas do século XIX havia deixado de ser um campo aberto para a descoberta e para o incógnito. Era global, mapeado; com poucas exceções (o interior dos continentes africano, asiático, e partes da América

do Sul), o ato de explorar havia perdido seu significado primitivo, de descoberta, e passava a significar controle sobre regiões outrora inóspitas, um fincar de bandeiras, conquista. As ferrovias, a navegação a vapor (e mesmo a navegação à vela, modernizada após o impacto competitivo dos *paddler steamers* de meados do século), “havia reduzido as viagens intercontinentais ou transcontinentais a uma questão de semanas, em vez de meses” (Hobsbawm, 1988, p. 30), e o telégrafo, por sua vez, reduzia o tempo de comunicação entre continentes a poucas horas. Adensava-se a demografia mundial, com privilégio para as taxas de crescimento

na Europa e nas Américas, ainda que a Ásia mantivesse sua primazia populacional por volta do início do século XX. É em termos de concretude como esses que devemos pensar sobre a diminuição do distanciamento espacial entre tabuleiros históricos.

Esse “encurtar de espaços”, como influência formativa do mundo contemporâneo, é um fenômeno que está contido em outro de maiores dimensões, que consiste da integração complexa<sup>4</sup> das economias nacionais ao mercado mundial (que é interpretada de modo simplificador pelos apologetas da globalização como a “diluição das fronteiras econômicas”). Apesar

**Tabela 1. População mundial – anos selecionados (em 1.000 hab.)**

	1700	1870	1914
Europa Ocidental	81.460	187.499	263.255
Europa Oriental (exceto Rússia)	18.800	53.557	–
América do Norte	1.200	44.022	107.598
América do Sul	–	23.424	53.544
América Central	–	16.977	28.618
China	138.000	358.000	441.958
Ásia Ocidental	20.800	30.286	–
África	61.080	90.466	–
Oceania	550	2.066	6.076
Rússia*	26.550	88.672	156.192

Fonte: Dados compilados a partir de (Maddison, 2010) e (Maddison, 2006).

\* População final em 1913 (e não em 1914), como referenciado em (Maddison, 2006, p. 183).

de as décadas após 1870 serem palco da expansão do turismo internacional, com a intensificação de contatos entre pessoas que um século antes sequer saberiam de suas existências mútuas (Hobsbawm, 1988, p. 30), não era por curiosidade nem por amadorismo antropológico que certas sociedades ampliavam seus contatos com outras. Eram as engrenagens do mercado mundial, movidas pelas economias de industrialização consolidada, que giravam a roda que estreitava as distâncias.

A compreensão histórica profunda acerca de uma era não admite indagações sobre as influências formativas, como se elas existissem enquanto tal; elas são recortes, expedientes analíticos, que somente podem ser apartados do conjunto da experiência humana num certo nível de teorização provisório e necessário à empresa da análise histórica. “Nenhuma das mudanças que analisaremos”, diz Barraclough, “foi decisiva por si própria; nem uma só foi bastante para provocar mudança de um para outro período. Decisivas foram suas interações” (Barraclough, 1976, p. 26). Então, a identificação e a análise de vestígios históricos que nos levem a concluir a respeito da existência de um mesmo fenômeno em dois momentos históricos distintos não nos habilitam a diagnosticar a coerência e continuidade entre esses momentos, exceto em um nível de generalização que, grosso modo, é inaceitável para uma análise histórica razoavelmente profunda e satisfatória.

A existência do comércio de longa distância no século XV e no século XIX europeus só pode criar um continuum entre essas duas épocas se ignorarmos a condição de influência formativa do objeto “comércio de longa distância”, que em cada momento interagiu com fenômenos diferentes, e exerceu condições funcionais distintas. Em outras palavras, um objeto de análise histórica, construído necessariamente através de expedientes teórico-abstratos, pouco se distanciará dessa condição empobrecedora se não for tensionado pelo peso da dimensão sensível do registro histórico, e de outros objetos (ou de objeto de mesmo nome, mas construído com ferramentas teórico-abstratas distintas).

Foi essa tensão complexa que Barraclough acabou por chamar de “contexto histórico” (*ibidem*, p.19). Sugiro que não tentemos conceber a noção de contexto como “pano de fundo” que, por força de algum anátema epistemológico, queria explicar o particular pelo geral. Aceitemos, mesmo carentes de uma discussão maior, que o contexto histórico, antes de explicar os fenômenos e os eventos particulares, é o resultado da interação retroalimentadora de todos eles; ele confere coerência a esses fenômenos e eventos enquanto permanecem relacionados, ao mesmo tempo em que ganha seu conteúdo do exercício da interação entre esses fenômenos, diferentes dele. É claro que não se deve esperar um contato imediato, sensível, com o “contexto histórico”. Ele é um objeto teórico, e como tal, existe

num universo criado pela experiência humana e capaz de falar sobre ela, mas não de revelá-la enquanto tal. Mas se existe um objeto teórico com maior pretensão de espelhar a experiência humana em sua complexidade, é esse o formado pela interação das influências formativas.

Dessa forma, se o encurtamento dos espaços, corolário da sofisticação tecnológica e do estabelecimento do mercado mundial, é uma influência formativa do mundo contemporâneo, somente o será na medida em que conforma seu conteúdo a partir da interação dinâmica com outras influências formativas desse mesmo mundo, coetâneas entre si. Da mesma forma, o mercado mundial e o avanço tecnológico só poderão ser dissociados do novo imperialismo, das relações de dependência e subdesenvolvimento, do problema da democracia de massas, da progressiva perda de poder internacional dos Estados europeus e da expansão das potências não europeias, se olhados estritamente a partir de um viés teórico-abstrato; no âmbito da análise, esses objetos somente terão seu conteúdo conformado mediante o reconhecimento de sua interação com outras influências formativas coetâneas e funcionalmente articuladas; lembremo-nos de que não raras vezes os mesmos vestígios sensíveis, presentes no registro histórico, nos permitem invocar a presença de dois ou mais desses objetos, simultaneamente, e isso não é algo casual. Não devemos perder de vista que “[...] a divisão em categorias separadas

falsifica parcialmente o que descreve, pois cada indivíduo vivia todas essas coisas ao mesmo tempo” (Moore Jr., 1983, p. 139).

É dessa forma que, se o mercado mundial se desenvolveu não só simultaneamente, mas em articulação funcional com o imperialismo, com a dependência e o subdesenvolvimento, e com o acirramento dos choques de projeção de poder entre as potências capitalistas, não é razoável presumir que subitamente ele venha a se comportar de modo antitético a essas outras influências formativas do mundo contemporâneo. Aos apologetas da globalização, para que sua defesa da equação “mercados livres + paz mundial = redução das disparidades entre Estados” seja efetiva, seria necessário que provassem que a Era Contemporânea de Barraclough está esgotada na década de 2010 (com o que tendo a concordar), e que as influências formativas de um novo tempo em gestação rumam em sentido diametralmente contrário ao daquelas influências ultrapassadas, criando assim um espaço de interação renovado que modificasse o conteúdo histórico assumido pelo mercado mundial desde seu advento (algo de que discordo, absolutamente). Caso rejeitemos a hipótese de um esgotamento do mundo contemporâneo, ou caso reconheçamos que os pilares de uma nova era se modificaram em conteúdo, mas se mantiveram como vetores apontados numa direção antiga, teremos que o mercado mundial

segue sendo um agente de divisão, corroborando o sentido geral das influências formativas do mundo contemporâneo: um mundo menor, hiatos maiores.

## 2. Uma clivagem civilizacional

O fortalecimento da sociedade industrial no continente europeu, nos Estados Unidos e no Japão, juntamente com as instituições liberais (ou, pelo menos, as “máscaras liberais” em Estados com fortes tendências autoritárias, como o Império Alemão) e o problema gerado pela democracia de massas (precipitando reformas que tenderam à democratização do Estado ou ao paternalismo, dependendo do caso) produziram, ao final do século XIX, uma situação de cisma entre o chamado “mundo civilizado” e toda uma “periferia” de sociedades supostamente incapazes de atingir o patamar das culturas “elevadas”. Não parece haver nada de novo nisso, porque, afinal de contas, desde tempos imemoriais, sociedades organizadas criavam identidades em oposição ao “outro”, tomado frequentemente como bárbaro. Mas, no mundo contemporâneo, a questão havia dado um passo adiante, ainda que ela, em um nível de generalização mais elevado, guardasse com essas “identidades primitivas” uma relação de longa duração. O que unia as “sociedades evoluídas” não era a comunhão de uma religião oficial, nem uma pretensa identidade continental,

como quiseram os césares, os carolíngios e os habsburgos. Tampouco era o reviver da multissecular ideia de “Europa”, já que entre as “raças eleitas” havia algumas que habitavam territórios não europeus. Da mesma forma, não era a presença da indústria em seus sistemas econômicos aquilo que lhes conferia uma reconhecida identidade, já que, àquela altura, sociedades francamente ditas “civilizadas” como a alemã e – em menor “grau de civilização” – a japonesa, ainda contavam com ampla presença (funcional, formadora de preços e integrada às cadeias produtivas regularmente estabelecidas) dos pequenos estabelecimentos artesanais e domésticos, enquanto a Índia, governada sob a bandeira do *raj* britânico, via o conglomerado fundado por Jamsetji Tata em 1868 expandir-se com a fundação da *Tata Iron & Steel*, em 1907. Entre as “nações avançadas”, por volta de 1870, somente a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha, além de dois países de pequenas dimensões territoriais e demográficas (Holanda e Suíça), tinham populações majoritariamente urbanas, enquanto grandes metrópoles, como Buenos Aires e o Rio de Janeiro surgiam entre economias agrário-exportadoras (Hobsbawm, 1988, p. 38-39). Melbourne despontava como cidade de grandes dimensões e sede de uma bolsa de valores já consolidada àquela altura, em uma economia agrário-exportadora, mas nem por isso considerada parte do mundo “bárbaro”. Assim, então, cabe descartar a simples presença

da urbanização e da indústria como critério garantidor de “valor civilizacional” no berço da Era Contemporânea.

Tal como no que diz respeito à relação entre uma era e suas influências formativas, a simples presença de um ou mais desses elementos não facultava a uma sociedade o estatuto de “civilizada”. O que o fazia era a capacidade política de suas elites de apresentar as virtudes de suas sociedades às elites rivais no cenário internacional, e defender essas virtudes como credenciais de acesso ao clube das culturas “elevadas”. O púlpito do mercado mundial era ocupado pela lógica econômica do mundo industrializado, esse é um fato, e prestar-lhe culto através da própria transformação industrial,<sup>5</sup> ou do atendimento às necessidades das economias industrializadas por meio das exportações agrominerais, era algo indispensável, mas não suficiente, para os postulantes ao “Primeiro Mundo”. A adoção de modernas tecnologias de infraestrutura (transportes e energia, principalmente), a abertura aos capitais estrangeiros e a promoção da urbanização foram iniciativas assumidas por elites modernizadoras nos quatro cantos do planeta, inclusive em sociedades predominantemente agroexportadoras. A reforma do Estado em prol da expansão das instituições liberais e a adoção de sistemas de câmbio fixo preferencialmente com conversibilidade plena (no âmbito do padrão ouro) foram outros atestados de bom comportamento no âmbito da luta por um

lugar entre as nações “superiores”.

Mas, naturalmente, não bastavam boas intenções e compromissos institucionais, se o reconhecimento do estatuto civilizacional não fosse oferecido pelas elites que ocupavam o topo dessa cadeia hierárquica de prestígio internacional; e esse reconhecimento, por mais que levasse em conta, como condição necessária, os “atributos de civilização” a que me referi, acabava em última instância sendo tributário do peso que aquele Estado-economia exercia sobre a resultante do cálculo político internacional (muitas vezes de curto prazo) dos vários grupos que compunham a elite política num determinado Estado “central”. Hobsbawm sugeriu que o “Primeiro Mundo” seria unido por sua história, por sua civilização, e por ser portador do capitalismo, enquanto o “Segundo Mundo” seria formado por um sem-número de sociedades, reunidas num corpo amorfo, fragmentado, sem laços ou identidade, e subjugadas ao primeiro no âmbito do mercado mundial. Concordo que fazer parte do continente europeu (enquanto entidade territorial) não era passaporte; os Bálcãs, com suas raízes culturais fincadas em séculos de presença otomana, e parte deles ainda sob jugo político de Istambul, estavam não só na periferia do capitalismo industrial, mas da sociedade burguesa e da democracia de massas. (Hobsbawm, 1988, p. 35) Não pertenciam ao núcleo de culturas civilizadas, embora seu passado (no caso grego) ainda inspirasse intelectuais em toda parte. Não

concordo, entretanto, quanto aos alegados fundamentos da “unidade” do Primeiro Mundo.

Antes de ser um ativo concreto, como quer Hobsbawm, essa unidade me parece uma imagem tão fabricada pelo discurso civilizacional vitoriano quanto o era a fragmentação da periferia. E essa imagem acabava refletindo as relações de poder interestatais do final do século XIX e início do século XX. Como entender a ideia de que a Rússia imperial pertencia ao campo da civilização, apesar de viver em sua encruzilhada, senão dessa forma? Dizia Hobsbawm que as estruturas sociais e as instituições russas a mantinham sob o campo do “atraso”, mas “economicamente [a Rússia] pertencia sem sombra de dúvida ‘ao Ocidente’, na medida em que seu governo estava obviamente empenhado numa política maciça de industrialização segundo o modelo ocidental” (Hobsbawm, 1988, p. 35-36). Mais uma vez voltamos à questão de que as credenciais civilizacionais precisam ser fruto do reconhecimento pelos adversários, muito mais do que de uma autoimagem. Então, por que os aspectos bárbaros da autocracia russa não prevaleciam na visão das elites estrangeiras, e não conduziam ao menosprezo do Estado e da economia russa no âmbito do mercado mundial e das relações interestatais? A industrialização russa está longe de, sozinha, ser capaz de responder a pergunta. O Estado russo recebeu os epítetos de “atrasado”, “bárbaro”, e de “despotismo oriental”; não esqueçamos, contudo,

que, sob a sua batuta os Estados do Báltico, a Finlândia e parte da Polônia foram submetidos (todos eles, aliás, institucionalmente “superiores” à Rússia), o interior da Ásia foi sendo conquistado, saídas para mares quentes foram disputadas e o exército mais extenso do mundo, àquela altura, fora constituído. (Kennedy, 1991, p. 153) Foi através do socorro do Banco Estatal Russo que o Banco da Inglaterra superou a grave crise de conversibilidade gerada pela quebra do Baring, em 1890.<sup>6</sup> (Eichengreen, 2000, p. 62) Nessas condições, a elite russa havia conquistado à força suas credenciais civilizacionais, a despeito das opiniões que pudessem ser confienciadas nos salões aristocráticos estrangeiros; e mesmo nesse último caso, deve-se considerar que a elite russa era vista como “orgulho da civilização europeia” pelas suas conquistas culturais e artísticas, privilégio esse não desfrutado pela elite norte-americana.<sup>7</sup>

Algo análogo pode ser dito de Portugal, país agrário, àquela altura cronicamente dependente das relações econômicas com a Grã-Bretanha, com forças armadas diminutas e de elite pouco prestigiada pelos seus pares; seu império colonial permanecera indisputado mesmo na circunstância dos planos alemães para a formação de uma *Mittelafrika*. A pressão germânica sobre Portugal fora obstada pelo governo de Londres; não havendo consenso sobre como repartir as colônias lusas, prevaleceu (por força britânica) a ideia de que Portugal pertencia ao concerto das

nações civilizadas e que, portanto, era impassível de ter seus territórios devassados, como se fosse terra sem lei nem rei. Os espanhóis não tiveram a mesma sorte (nem defensores interessados em invocar seu *status* de “civilização avançada”) diante da fúria expansionista norte-americana após 1898.

Então, havia tantos fatores objetivos para unir quanto para desunir o mundo “civilizado”, e tudo dependeu da massificação de certas categorias discursivas que faziam parte da retórica das nações “superiores” no âmbito do imperialismo. Se a existência de uma coerência civilizacional entre os povos “avançados” era o que se aprendia nos bancos escolares europeus e norte-americanos (contribuindo para concretizar esse sentimento de unidade), o fato de essa mesma coerência ser ensinada nas escolas do Segundo Mundo como um fato indiscutível, mais do que nos sugere as razões da fragmentação desse último.

Então, uma sociedade podia mostrar suas virtudes ao mundo em qualquer “exposição internacional” ou “centenário”, promovido com pompa e circunstância nas maiores capitais civilizadas, com seus pavilhões nacionais maquiados segundo as regras de bom tom vitorianas e clichês eurocêtricos de todo o tipo; ainda assim, a equação só seria fechada após a variável “relevância internacional” ser levada em conta. E ter assento no *hall* dos *iluminados* não tinha como

recompensa apenas a honra e o prestígio; povos decadentes, em estado de barbárie – imagem recorrente na retórica das relações interestatais, que ganhou cores menos quentes em tempos recentes de bom-mocismo e de opiniões politicamente corretas – não são capazes de autogoverno, nem de gerir seus recursos naturais, suas finanças e seu comércio externo de forma racional e eficiente; e, para que sejam governados segundo a razão e a providência e, para que comam o pão da terra como quis o Senhor, precisam ser tutelados, como incapazes, até que – um dia – possam ser responsáveis por suas próprias vidas. Num tempo em que o imperialismo era o “fardo do homem branco”, disciplinador, pedagógico e cruel, era melhor mesmo não estar do lado errado do chicote. E para isso, valia tudo.

### **3. Um mundo dividido pela Revolução Industrial**

Por volta de 1870, a Grã-Bretanha havia perdido sua exclusividade como economia industrial num vasto oceano de economias agrárias. Com exceção da Bélgica, também pioneira, a industrialização alcançou razoável expressão geoeconômica na Europa continental com o advento do mundo contemporâneo. Além disso, e ainda mais importante no que diz respeito à novidade, galgavam rapidamente os degraus do crescimento industrial economias como a

norte-americana e a japonesa, ampliando a zona de sociedades modernizadas (em termos ocidentais) para além do espaço europeu.

A despeito do aumento da competição econômica internacional, associado imediatamente a esse número acrescido de nações industrializadas (embora esse não seja um fator relevante, se isolado de outras influências formativas), e da progressiva perda da vantagem adquirida pela Grã-Bretanha em função de sua transformação precoce, o próprio capital britânico foi, em certa medida, o catalisador dessa ampliação da geoeconomia industrial. A expansão dos investimentos promovidos pelo capital financeiro de Londres na Europa continental, nos Estados Unidos e na periferia do sistema capitalista (principalmente de natureza infraestrutural e ferroviária) acelerou a transformação nessas economias. Esse fenômeno era corolário do esgotamento de oportunidades que viveu o capitalismo britânico nas décadas de 1840-1850, quando inclusive a revolução industrial baseada na indústria têxtil chegou a parecer um episódio em vias de conclusão. A presença de uma potencial crise de acumulação e, portanto, da retração das margens de retorno, levou, duas décadas antes do surgimento do mundo contemporâneo, ao extravasamento do capital inglês em direção a mercados e atividades outrora não explorados, e com potencial de retornos minimamente maiores que os alcançáveis com os papéis da dívida

pública. No espocar dos anos 1870, então, o cenário era significativamente diferente daquele dos anos 1840. Sem minimizar a importância dos esforços endógenos de acumulação nesse processo, a ampliação das margens geoeconômicas do mundo industrializado por força da expansão dos capitais britânicos aumentou o número de competidores contra a economia industrial da própria Grã-Bretanha, mas também aumentou significativamente as oportunidades de emprego dos excedentes financeiros que mareavam na *City* até então. (Hobsbawm, 1983, p. 103-107)

A industrialização não era suficiente para cindir o mundo entre culturas “avançadas” e “primitivas”, mas ela, por si só, gerou outro campo de clivagem, diferente do primeiro e coetâneo a ele. A despeito do conflito intercapitalista potencializado pelo maior número de economias nacionais inseridas no mercado mundial – de que falaremos mais adiante –, a segunda revolução industrial não só polarizou as sociedades humanas entre aquelas providas e desprovidas de elevados níveis de produção *per capita*, mas, principalmente, da ciência e da tecnologia necessárias para esse nível de produtividade.<sup>8</sup> Mais ainda, a tecnologização da ciência ao final do século XIX vertia sua ação sobre a própria arte da guerra, tornando mais complexas as relações interestatais à medida que o poder militar foi se associando cada vez menos à demografia, e cada vez mais ao potencial de destruição

bélica. Era bastante comparar o enfrentamento entre as forças terrestres francesas e os mamelucos do Egito (1798-1801), de um lado, e a carnificina de Verdun (sob fogo de metralhadoras e obuseiros) e os horrores da guerra química em Ypres, de outro (1916-1917). O cenário torna-se ainda mais sombrio se consideramos, no âmbito da guerra tecnológico-industrial, enfrentamentos assimétricos, demonstrados claramente na Segunda Guerra dos Bôeres (1899-1902) e na Guerra Filipino-Americana (1899-1913).

Economias com presença de indústrias tradicionais já não eram uma espécie incomum no final do século XIX, mas o fato era que não bastava dispor de “complexos agroindustriais” ou de um punhado de fábricas têxteis para cruzar o hiato que separava as sociedades dotadas do “novo poder” industrial daquelas desprovidas dele. A segunda revolução, científica e tecnológica, não era uma expansão da primeira. Era, para além da generalização da maquinização, das relações de trabalho assalariadas, da economia de mercado, do trabalho urbano e da produção em larga escala, o emprego de tecnologia e ciência *novas*, da invenção e da inovação, algo que exigia investimentos educacionais, acadêmicos e de pesquisa incompatíveis com a maior parte das sociedades e seus Estados, então conviventes no sistema internacional. Enquanto se caminhava a passos lentos em muitas partes do globo na direção do desenvolvimento de uma indústria metalúrgica básica (fundições, etc.), as técnicas

de produção do aço Bessemer e Siemens estavam consolidadas na Grã-Bretanha e em algumas outras economias; nesse mesmo momento, o aço Thomas, que usava como matéria prima o abundante minério de ferro fosfórico, catapultava a produção siderúrgica na Alemanha e nos Estados Unidos,<sup>9</sup> com impactos significativos sobre a produção de armas modernas. (Landes, 1994, p. 265-268) A eletricidade e a indústria química tornavam-se setores altamente dinâmicos. A primeira usina elétrica surgia em Nova Iorque, no ano de 1882, a primeira hidrelétrica no Colorado, em 1890, e a gigante da indústria elétrica mundial, a *Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft* (AEG) despontava na Alemanha em 1887. A indústria química acompanhava e reforçava avanços na medicina, higiene e nutrição, com a difusão do clorofórmio, dos antissépticos (com Lister, em 1865), dos antibióticos com o desenvolvimento do Salvarsan em 1909, e da aspirina pela Bayer AG em 1890. O impacto da indústria química sobre as economias agrícolas no centro do capitalismo mundial foi decisivo, com a difusão dos fertilizantes artificiais; juntamente com os esforços médicos e higienistas, fizeram declinar as taxas de mortalidade sensivelmente, levando à expansão demográfica que privilegiou a Europa ocidental e a América do Norte, tal como nos referimos no início desse artigo. O petróleo caminhava lentamente para tornar-se ativo absolutamente estratégico na matriz energética das economias mais

sofisticadas (ainda que a primazia do carvão tenha se mantido) após a fundação da pioneira *Standard Oil Company* de John D. Rockefeller, no rescaldo da Guerra Civil Americana (1870); a empresa refinava algo em torno de 80% a 90% do petróleo mundial na década de 1880, e já em 1897 dispunha de sucursais por toda a América. (Barraclough, 1976, p. 44-47) Não creio ser preciso ir muito além; a distribuição altamente desigual da inovação e da tecnologia no nascedouro do mundo contemporâneo criava mais uma clivagem, entre os Estados capazes de mobilizar essa extensa fonte de poder proveniente de uma agricultura modernizada, de novos materiais e de fontes de energia modernas em proveito da expansão de seu poder internacional, e aqueles incapazes de fazer o mesmo, pelas circunstâncias; e que ou buscavam beber na fonte de modernização das potências centrais (importando máquinas, equipamentos, insumos, materiais, mas dificilmente desenvolvendo capacidade autônoma para domar essas tecnologias) e/ou tornavam-se vítimas imediatas do poder absolutamente assimétrico emanado das economias industrializadas.

#### **4. Um mundo dividido pelo mercado mundial**

Essa era uma terceira clivagem, derivada daquela imposta pela realidade da segunda revolução industrial, mas ligeiramente diferente dela. Um

verdadeiro mercado mundial tornava-se realidade no decorrer da década de 1870, no qual era possível verificar a transmissão de pressões inflacionárias e deflacionárias entre redes de economias nacionais, com efetivo impacto na formação de preços internos, transmitidos pela progressiva mundialização das cadeias produtivas da indústria dos países centrais (para o que concorreu, também, a consolidação do esterlino como moeda financeira no padrão ouro). Foram em seu esteio que se ampliaram as desigualdades econômicas entre o bloco formado pelos Estados Unidos, a Europa e economias periféricas com forte impacto na formação de preços industriais, de um lado, e as economias exportadoras de produtos primários de menor impacto, de outro.<sup>10</sup> Se um século antes, a distribuição de produção e riqueza mundial não parecia aos contemporâneos algo irremediável (assumindo para o PNB *per capita* uma razão de 1:1,8, segundo estimativas de Hobsbawm), fazendo com que o padrão médio de vida no Império Chinês fosse, em linhas gerais, mais satisfatório que aquele das maiores cidades europeias, por volta da década de 1880, esse hiato teria se aprofundado na razão de 1:2, para alcançar a marca de 1:7 em 1913. (Hobsbawm, 1988, p. 31-32) Os frutos da expansão do progresso técnico ficavam concentrados então naquele primeiro bloco de economias, gerando uma clivagem diferenciada, na qual, com altos níveis de PNB *per capita*, figuravam também economias agrícolas,<sup>11</sup>

dependentes das finanças, da tecnologia, e das oscilações dos ciclos de acumulação nas economias industriais.

A indústria dos transportes e da conservação de alimentos foi o principal vetor de viabilização dessa clivagem na gênese do mundo contemporâneo. Através das inovações no campo da esterilização, da pasteurização, da refrigeração e da tecnologia de enlatados, de um lado, e das ferrovias e navios a vapor de grande tonelagem, de outro, vastas áreas do planeta foram incorporadas à fronteira agrícola europeia, regiões estas que outrora dispunham de farto potencial para a produção de alimentos, mas que, nas condições técnicas dos transportes e de conservação de então, não seriam capazes de fornecê-los a preços competitivos em mercados distantes. Uma vez viabilizada tecnicamente sua integração, tornaram-se fundamentais na diminuição dos custos da empresa industrial nos centros capitalistas, através do fornecimento de bens-salário mais baratos (algo que foi particularmente importante num contexto de depressão, como se viu entre 1873-1896).

Não devemos, contudo, postular a existência nessas sociedades de algum impulso contido, que as levasse a se lançar ao mercado mundial tão logo as condições técnicas para tal se viabilizassem. As economias na fronteira agrícola do mundo industrial não traziam uma “propensão à integração ao mercado mundial”, da mesma

forma que não podemos pensar o capitalismo industrial como nascido de uma semente, presente nas sociedades pré-capitalistas europeias, e pronta para germinar mediante condições de luz e calor adequadas (com os entraves institucionais, neste caso, substituindo os entraves tecnológicos, naquele outro). A fronteira agrícola ultramarina integrada ao capitalismo industrial europeu foi criada dessa forma pela iniciativa desse próprio capital, associado a interesses econômicos locais que viam essa integração como uma oportunidade não só de acrescer seus rendimentos (em moeda estrangeira, algo ainda mais importante) em comparação a outros setores da economia local, mas, principalmente, de empregar essa acrescida força econômica (bem como a articulação política com atores presentes nas sociedades industrializadas) para desequilibrar o balanço de poder em suas sociedades, em seu benefício. Em grande medida o mesmo pode ser dito daquelas economias integradas como fornecedoras de matérias-primas e insumos para as indústrias dinâmicas da segunda revolução industrial.

Muda então o perfil nas relações centro-periferia. De bens tropicais absorvidos por mercados metropolitanos e revendidos nos mercados europeus, as matérias-primas e insumos industriais, além dos bens-salário, tornam-se os elementos determinantes não só na integração de áreas até então destituídas de relevância nos mecanismos de acumulação de capital das

economias centrais, mas na expansão dos investimentos estrangeiros diretos, especialmente em infraestrutura de transportes, na periferia. Eram o níquel canadense, os nitratos chilenos, o cobre, o chumbo e o zinco australianos das minas de Broken Hill, o estanho e a borracha do sudeste asiático (que coloca o território malaio no espectro econômico global) e os

alimentos argentinos, australianos, neozelandeses, canadenses e sul-africanos, que respondiam fundamentalmente por essa mudança de perfil (Barraclough, 1976, p. 53-54; Hobsbawm, 1988, p. 96-98). Observemos as Tabelas 2 e 3 e rastremos, em números, o impacto dessa clivagem decorrente da formação do mercado mundial na Era Contemporânea:

**Tabela 2. PNB *per capita* mundial – estimativas anuais (em US\$ de 1990) – deflator Geary-Khamis**

	1700	1870	1914
Oceania	400	3.186	5.108
América do Norte	479	2.070	4.412
Europa Ocidental (12 países)	1.028	2.080	3.441
Europa Oriental *	606	937	1.695
Rússia*	610	943	1.488
América do Sul e Central *	527	676	1.494
Ásia Ocidental*	591	742	1.494
África*	421	500	637
China	600	530	552

Fonte: Dados compilados a partir de (Maddison, 2010) e (Maddison, 2006).

\* Valores de 1913 (e não em 1914), tal como referenciados em (Maddison, 2010).

**Tabela 3. PNB *per capita* – países selecionados – estimativas anuais (em US\$ de 1990) – *deflator Geary-Khamis***

	1820	1870	1890	1914
Estados Unidos	1.257	2.445	3.392	5.301
Austrália	518	3.273	4.458	5.157
Nova Zelândia	400	3.100	3.755	5.152
Canadá	904	1.695	2.378	4.447
Argentina	–	1.311	2.152	3.797
Uruguai	–	2.181	2.147	3.310
Chile	694	1.290	1.966	2.988
México	759	674	1.011	1.732
África do Sul	415	858	–	1.602
Japão	669	737	1.012	1.387
Argélia	n/d	430	715	1.163
Venezuela	460	569	–	1.104
Egito	475	649	–	902
Malásia	–	603	663	900
Uganda	–	430	633	883
Indonésia	612	578	612	874
Brasil	646	713	794	811
Índia	533	533	584	673
China	600	530	540	552

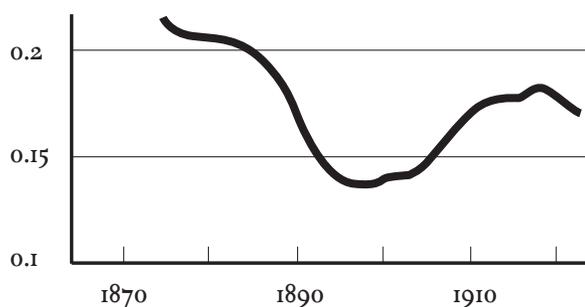
Fonte: Dados compilados a partir de (Maddison, 2010) e (Maddison, 2006).

## 5. Um mundo dividido pela depressão

Essa é uma clivagem complexa e de temporalidade conjuntural, que não cindiu o mundo contemporâneo nascente em dois campos, mas colocou em rota de colisão Estados e economias nacionais integrantes não só do espaço da “civilização”, como também da “industrialização”. Em suma, a longa depressão do final do século XIX foi fator de cisão interna entre as sociedades industrializadas, e provocou reações políticas que contribuíram para fragilizar as tendências agregadoras a que viemos nos referindo desde o início desse texto. Vestígios importantes no registro histórico podem sugerir a inverossimilhança de um fenômeno recessivo no último quartel do século XIX, a ponto de a depressão ter sido considerada um “mito”. (Saul, 1985) Em boa medida, ressalvas à ideia de um colapso econômico são prudentes; mesmo aqueles que defendem uma visão pessimista sobre as décadas de 1873-1896 aceitam que as evidências do período apontam para produção industrial e trocas internacionais em avanço expressivo, para elevações substanciais do consumo de ferro, aço e energia, e para a expansão do investimento estrangeiro direto, inclusive em economias periféricas. Consideremos isso uma depressão ou não, o fato era que a relevante expansão econômica vinha sendo acompanhada de uma significativa retração nos lucros, e por uma relativa inelasticidade dos salários reais, o que Beaud atribuiu à bem-sucedida pressão

operária. (Beaud, 1987, p. 200) Nas palavras de Hobsbawm, “após o colapso reconhecidamente drástico dos anos 1870 [...], o que estava em questão não era a produção, mas sua lucratividade” (Hobsbawm, 1988, p. 59).

**Gráfico 1. Taxa de lucro – Estados Unidos, Grã-Bretanha e Japão (1870-1920)<sup>12</sup>**



Fonte: (Li *et al.*, 2007, p. 41).

Não seria o caso, nesse estudo, de entrar em detalhes a respeito das razões pelas quais a economia mundial inaugurou a Era Contemporânea em uma grave situação de retração de rendimentos reais do capital, embora possamos dizer que o fenômeno estivesse claramente relacionado à produtividade industrial e ao avanço técnico, muito menos que a pressões deflacionárias decorrentes da adoção do padrão ouro nas mais dinâmicas economias capitalistas (Eichengreen, 2000, p. 71; Hobsbawm, 1988, p. 62). O que nos interessa em particular são as consequências políticas e econômicas desse fenômeno, na medida em que a deflação e o declínio nos rendimentos

da indústria e das finanças foram contemporâneos ao acirramento da competição interestatal, e certamente estiveram relacionados.

**Tabela 4. Índice de preços geral (1913=100)<sup>13</sup>**

	Alemanha	Grã-Bretanha	EUA
1880	87,0	111,0	83,0
1885	75,0	92,0	77,0
1890	86,5	89,0	77,0
1895	72,0	78,0	71,0
1900	90,0	86,0	80,0
1905	86,0	84,0	88,0
1910	93,0	93,0	97,0
1913	100,0	100,0	100,0

Fonte: (Flandreau & Zumer, 2004) e NBER Macroeconomy Database.

Não que alguma fase descendente de um ciclo de acumulação – como o de Kondratieff – fosse catalisadora da disputa global por mercados, cujo acirramento pudesse ser notado a cada repetição das “fases B”; em verdade, a elevação da tensão interestatal envolvendo a expansão externa de seus capitais nacionais e de seus mercados não se explica unilateralmente (nem mesmo preferencialmente) pelos movimentos dos preços, e precisa ser compreendida em sua complexidade nas relações com os problemas derivados do discurso civilizacional, do nacionalismo, das especificidades do crescimento

industrial do fim do século XIX, etc. Além do mais, o século XIX representou, em sua quase inteireza, um longo período de deflação, entrecortado por breves surtos inflacionários, em vez de o palco para ciclos ritmados de avanços e retrocessos nos preços internacionais. (Landes, 1994, p. 241-242)

Assim, se estivéssemos tratando o acirramento das tensões entre os Estados no sistema internacional como uma função exclusiva dos preços mundiais (sem considerarmos os demais fatores, e, especialmente, o movimento descendente da taxa de lucro), múltiplos momentos de tensão deviam ter sido identificados ao longo do século – correlacionados diretamente à evolução dos preços –, e a especificidade da disputa imperialista do final do oitocentos careceria de explicação. Ao contrário, ou podemos tomar o século XIX por “um período de paz, de aumento sem precedentes da população e da rápida expansão econômica” (*ibidem*, p. 242) – considerando o longo período entre as Guerras Napoleônicas e a Guerra Franco-Prussiana como desprovido de enfrentamentos significativos entre as potências mundiais, a despeito da intensa deflação mundial –, ou podemos arrolar mais que uma centena de conflitos (entre insurreições, guerras civis de impacto local, a enfrentamentos de grandes dimensões) ocorridos no oitocentos, mostrando que se deram sem qualquer relação direta com a evolução dos preços.

Na alvorada da Era Contemporânea, convergiam a preocupação dos homens de negócios a respeito do declínio de seus rendimentos, a inelasticidade dos salários, as novas tecnologias que aumentavam a escala da produção – e, portanto, o volume mínimo a ser produzido e ainda gerar lucro –, o aumento da relação capital-produto, e a percepção de que a deflação podia ser compensada por meio da expansão horizontal dos mercados em nível internacional (já que os mercados de massa nacionais não avançariam significativamente até o fim da Grande Guerra). Quando esse fator de cisão no bloco de economias industrializadas foi cortado transversalmente por outros critérios de divisão (o discurso civilizacional, o nacionalismo, a xenofobia), suas consequências políticas logo vieram à tona na forma de uma reação ofensiva por parte de determinados Estados, no que diz respeito à inserção de suas economias no mercado mundial. Recrudescem ideias que remetiam, direta ou indiretamente, à noção de “sistema de economia nacional” esposada por F. List na década de 1840, e especialmente por H. C. Carey (que viria a ser conselheiro econômico de Abe Lincoln) nas duas décadas seguintes. Assim, com as tarifas alemãs e italianas dos anos 1870-1880, a Tarifa Mèline na França (1892) e a radical Tarifa McKinley nos Estados Unidos (1890), o protecionismo aparece como instrumento preferencial de defesa da indústria nacional, em resposta à depressão, ainda que ele tenha

ficado restrito ao fluxo de bens (sem atingir o de capitais e pessoas). Então, é desnecessário dizer que, as medidas ofensivas tomadas pelos Estados do centro capitalista, que envolviam garantir suas exportações e restringir importações, aumentaram significativamente as tensões internacionais, que acabaram sendo projetadas sobre espaços geoeconômicos periféricos, desprovidos de instituições capazes de aplicar sobre si mesmos os princípios defensivos da “economia nacional”. “Estas regiões não tinham opção, já que ou uma potência colonial decidia o que tinha que acontecer a suas economias, ou uma economia imperial tinha condições de transformá-las numa banana – ou café – *republic*” (Hobsbawm, 1988, p. 68).

## **6. Um mundo dividido pelo imperialismo**

Temos aqui um último fator de divisão de amplas dimensões, altamente potencializado pelas características do mercado mundial ao final do oitocentos, mas, como não poderia deixar de ser, tributário de várias outras influências formativas. Os problemas do imperialismo e do colonialismo trouxeram à consciência política e, efetivamente, à ação, contenciosos gestados por todas as demais clivagens de que vimos tratando aqui. Não se tratava somente de uma retomada da divisão entre economias industrializadas e agrárias, cortada transversalmente

pelo problema do domínio político e da guerra. O imperialismo refletia simultaneamente a cisão entre “civilização e barbárie”, economias centrais e dependentes, metrópoles e colônias, economias industriais e não industriais, e também o conflito entre Estados pertencentes a cada um desses lados; algo que, se no caso das grandes potências no sistema interestatal era um fato um tanto que evidente, tornava-se mais inusitado ao serem considerados os projetos de expansão de poder regional entre Estados periféricos em “associação” com potências imperialistas, como foi o caso da formação do Condomínio Anglo-Egípcio sobre o Sudão, após a derrota dos mahadistas em Omdurman (1898). Minimizar o significado desse conjunto de fenômenos, vividos simultânea e indissociavelmente, e, principalmente, ignorar a especificidade do recorte temporal em que eles ocorrem (o momento de gênese do mundo contemporâneo), pode ter conduzido a conclusões anacrônicas, postulantes no mais das vezes ao estatuto de revisionismo ou de refundação de um “campo de estudos”, como nos parece ser o caso da já consagrada análise de Gallagher e Robinson (1953). Ao proporem um olhar que privilegia as iniciativas britânicas ao longo da primeira metade do século XIX como “imperialistas” em sentido estrito, dada sua agressividade e radicalidade, enquanto postulam o final do século como um momento de menor pressão interestatal, Robinson e Gallagher esvaziam esse objeto

de seu conteúdo, optando por um nível de generalidade inaceitável (se tomado isoladamente), que torna qualquer agressão externa em busca de mercados uma ação “imperialista”.<sup>14</sup>

Além disso, identificam um arrefecimento na expansão imperial ao final do século XIX tomando por unidade de análise a economia e o Estado britânicos; se reformularmos o problema inspirados pelos termos propostos por Barraclough, como temos feito até aqui, certamente a expansão britânica perderia parte de sua significância, uma vez que, sob essa outra perspectiva, o problema do imperialismo seria muito mais global que exclusivamente europeu. Vistas por esse ângulo, entenderíamos que “[...] as reações britânicas, como a maior potência industrial que existia, eram fundamentalmente defensivas”, e que, se fizéssemos como Gallagher e Robinson, perceberíamos efetivamente que as pressões imperialistas estariam amainando ao final do século XIX. Contudo, cumpre considerar que “Foi de outras potências que o impulso subjacente ao ‘novo imperialismo’ partiu”, portanto daquelas que “[...] pensavam que suas próprias e recentemente fundadas forças industriais lhe davam o direito e criavam a necessidade de adquirirem um ‘lugar ao sol’” (Barraclough, 1976, p. 56). Assim sendo, senão como parte de uma história mundial, o imperialismo, bem como o advento do mundo contemporâneo, não podem ser compreendidos.

Um entendimento profundo do imperialismo como um vetor de cisão mundial requer que sejam relativizadas as buscas de causalidades específicas, sejam aquelas que enfatizam o “caráter estratégico” da questão, sejam aquelas que privilegiam o impulso econômico. “Quando nos dizem que o novo imperialismo foi ‘um fenômeno especificamente político, em sua origem’, a breve resposta é que, em tal contexto, a distinção entre política e economia é irreal” (*ibidem*, p. 57). A hipótese de que o imperialismo se constrói a partir de tensões contemporâneas entre si, e convergentes em muitos casos, nos permite responder mais uma vez que, no âmbito da experiência humana, nada disso era vivido “em compartimentos”, e, dessa forma, os vestígios que nos são legados pelo registro histórico, ao nos permitirem rastrear simultaneamente cada um desses “compartimentos”, sugerem que eles somente podem existir dessa forma (ou seja, compartimentados) em uma dimensão teórico-abstrata.

Como entender Kipling e seu “fardo do homem branco” sem que se considere a construção da própria categoria de “atraso” no discurso civilizacional euro-norte americano, que, se transplantada para um século antes de seu surgimento, soaria como absolutamente inadequada? De onde viria a compreensão de que existe um mundo “atrasado” nos termos em que essa noção foi concebida, senão da vivência cotidiana das grandes cidades industriais? “A

novidade [...] era que os não europeus e suas sociedades eram crescente e geralmente tratados como inferiores, indesejáveis, fracos, atrasados, ou mesmo infantis” (Hobsbawm, 1988, p. 118). Essa vivência cotidiana era fruto das intensas mudanças do final do século, que aprofundaram as disparidades de poder e riqueza, que interagiram com o próprio discurso civilizacional e com uma mudança radical na postura dos Estados capitalistas, cujas elites passam a esposar a ideia de que quaisquer sociedades pré-capitalistas, ainda que comerciais, podiam ser conquistadas. “[...] as diferenças entre sociedades pré-históricas, como as das ilhas da Melanésia, e as sofisticadas e urbanizadas sociedades da China, da Índia e do mundo islâmico pareciam insignificantes” (*ibidem*). A expansão do dinamismo das economias industriais não só gerava a necessidade de crescente acesso aos recursos naturais localizados, em muitos casos, no território ocupado por sociedades pré-industriais, mas também gerava a capacidade de acessar esses próprios recursos através de uma integração forçada (ou não) dessas economias periféricas ao mercado mundial.

Ao mesmo tempo em que as elites nas potências centrais do sistema interestatal formavam sua visão de “progresso” a partir de suas vivências pessoais como membros de sociedades industriais, essa mesma visão era reiterada politicamente através das iniciativas de conquista e incorporação forçada do “bárbaro” aos circuitos

globais de bens e capitais. A percepção do declínio dos rendimentos industriais no contexto da depressão, não gerou ela um temor de que a “civilização” estivesse sob o gume da espada de Dâmocles, e que precisaria, portanto, ser salva a todo custo por meio da incorporação violenta de mercados ultramarinos? Mesmo entre aquelas sociedades agrárias “privilegiadas”, com elevado produto nacional *per capita* em decorrência de sua inserção específica no mercado mundial, e que, portanto, nutriam, por esse aspecto, interesses em comum com as sociedades industrializadas; também elas não viam o expansionismo imperialista de suas “parceiras” como algo perigoso? “O Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, e, depois, a África do Sul não alimentavam desejos de uma federação imperial, de unidade imperial”, a despeito do que possa ser imaginado, e “Nenhum desses domínios ‘brancos’, em resumo, estava disposto a abdicar dos poderes essenciais à maturidade econômica e política” (Barracough, 1976, p. 68).

O fato era que “[...] basicamente [...] estavam todas igualmente à mercê dos navios que vinham do exterior com carregamentos de bens, homens armados e ideias [...]” (Hobsbawm, 1988, p. 38). Como entender esse impulso senão considerando que, após 1860, a vitória militar foi se tornando muito menos fruto da tática, da disciplina e da organização, e muito mais função da sofisticação industrial e tecnológica de uma sociedade? Podem a força das doutrinas

neomercantilistas e a ideia de “autarquia imperial”, derivadas de uma leitura de fim de século do pensamento listiano, serem compreendidas sem que se vá além dos problemas econômicos, e se considere o avançar da política de massas, os discursos de motivação nacional e de “glória no exterior”, e o discurso civilizacional?

As diferentes assimetrias que movem o fenômeno do imperialismo são circulares em sua “causalidade”; se retroalimentam porque não são nada mais que recortes, instrumentos teóricos que servem à análise histórica.

## **7. Palavras finais: a Belle Époque e a miopia globalizante, cem anos depois**

Não é impossível perceber que o mercado mundial, em seu funcionamento, estava associado às demais influências formativas que dão massa ao mundo contemporâneo (ou deram, considerando-se a hipótese de ele, a essa altura, estar esgotado), porque não tem essência diferente de todas essas influências. Os mesmos vestígios rastreáveis no registro histórico, que conformam o objeto “mercado mundial”, permitem que rastreemos também o imperialismo, o colonialismo, o acirramento da tensão interestatal, entre outros fenômenos que marcaram a escalada de violência no início do século XX. Eram parte de um todo. Entretanto, supondo que algo assim fosse dito à luz do dia, em qualquer cidade industrial, na virada do século, a uma

plateia de distintos cavalheiros de fraque e cartola, sem relações com os círculos intelectuais de críticos do capitalismo, seria reputado como ideia lunática ou conspiratória. Por volta de 1900, a Longa Depressão era história, e a prosperidade econômica gerava euforia. As tendências autárquicas dos sistemas de economia nacional cediam lentamente, em prol do retorno da livre concorrência internacional. Com a elevação das taxas de lucros, e um relativo desenrijecimento dos salários, que registraram queda real, os debates entre os distintos gentlemen nos campos de golfe, no *derby* e nas partidas de polo, voltaram às amenidades da vida burguesa, e uma catástrofe motivada pela confluência de fenômenos dinamizados pela integração complexa das economias nacionais parecia absolutamente irreal. Os bens agrícolas norte-americanos, canadenses, argentinos, australianos, russos, romenos e húngaros reduziam o custo de vida urbano onde quer que os transportes e as tarifas permitissem; e nos países industriais onde o protecionismo seguisse efetivamente amparando a agricultura, eram os proprietários rurais que se regozijavam por sua entrada no mercado de consumo, diante de uma nítida inversão dos termos de troca internos em prol da atividade rural. Tal era o clima de um fim de século sem lições aprendidas; tamanho foi o despreparo para aquele dia 28 de julho de 1914, e a estupefação diante da Primeira Batalha do Marne, cerca de dois meses depois. Muito já se falou sobre

a “perda de inocência” decorrente da Grande Guerra, mas é importante termos consciência de que o mercado mundial, o imperialismo e a depressão mantinham entre si relação fraterna, e a Guerra, esse irmão mais novo e mais feio, não podia, sob nenhuma circunstância, ser considerado um filho adulterino. O mundo contemporâneo a gerou por partenogênese, e ela, a guerra industrial, carregava exatamente os mesmos genes que seus irmãos. E ainda carrega, em tempos de “guerra contra o terror”, segurança energética, *drones*, uniformes cáquis, e *preemptive strikes*.

## Bibliografia

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BEAUD, Michel. *História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

EICHENGREEN, Barry. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: 34, 2000.

FEDERAL RESERVE ECONOMIC DATABASE. “Index of the General Price Level for United States”. *NBER Macrobistory Database*. Disponível em: <<https://research.stlouisfed.org/fred2/series/M04051USM324NNBR>>. Acessado em: 10 dez 2014.

FLANDREAU, Marc & ZUMER, Frédéric. *The making of global finance (1880-1913)*. Paris: OCDE, 2004.

GALLAGHER, J. & ROBINSON, R. “The imperialism of free trade”, *The Economic History Review*, Second Series. Vol. VI, n. 1, p. 1-15, 1953.

HOBSBAWM, Eric J. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

\_\_\_\_\_. *Era dos Impérios (1875-1914)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Campus, 1991.

LANDES, David. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LI, Minqi *et al.* “Long waves, institutional changes, and historical trends: a study of the long-term movement of the profit rate in the capitalist world-economy”, *Journal of World-System Research*, Volume XIII, n.1, pp. 33-54, 2007.

MADDISON, Angus. *The world economy: a millennial perspective / historical statistics*. Paris : OCDE, 2006.

\_\_\_\_\_. *Statistics on world population, GDP and per capita GDP, 1-2008 AD*. Universidade de Groningen, 2010. Disponível em: <<http://www.ggdcc.net>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

MOORE Jr., Barrington. *Origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SAUL, S. B. *The myth of the great depression (1873-1896)*. 2a ed., Londres: Macmillan, 1985.

## Notas

**1.** Fenômenos que se comportam funcionalmente perante outros fenômenos num determinado tempo, e que são ressignificados em uma “era” posterior, com base em nova funcionalidade adquirida na relação com fenômenos diferentes, são tomados por Geoffrey Barraclough como “resistências” (Barraclough, 1976, p. 12-15).

**2.** Para Barraclough, as influências formativas são fenômenos persistentes, e que estabelecem relações de retroalimentação entre si, criando uma estrutura, um “esqueleto ou armação em torno do qual a ação política se enquadra ou desenvolve” (Barraclough, 1976, p. 18).

**3.** O que significa que a tentativa de um olhar sistêmico para uma suposta “história mundial”, que venha a repousar sobre fenômenos que antecedem a década de 1870, tem alta probabilidade de incorrer em anacronismo, em nome da defesa de modelos teóricos que exigem a aplicação de uma lógica sistêmica onde quer que a existência, na experiência humana, de determinado ente abstrato (“mercado de longa distância”, “lucros extraordinários”, “choque de civilizações”) seja postulada. Mesmo um “olhar sistêmico” para a história contemporânea (leia-se, pós-1870) não deve funcionar como um pressuposto, e sim, como uma possibilidade. Não devemos exigir que o registro histórico ofereça respostas “sistêmicas” inequívocas, sob a premissa de que deve fazê-lo, de modo a acomodar uma expectativa teórica determinada. As influências formativas do mundo contemporâneo (se podemos lê-las dessa maneira) abrem a possibilidade (hipotética, portanto) de intensas transmissões sistêmicas de fenômenos históricos, e elas devem ser tomadas exclusivamente dessa forma.

**4.** Entendida aqui como movimentos de idas e vindas, de avanços e resistências, de submissão e movimentos estratégicos na integração, mediada pelos Estados, das economias nacionais aos fluxos internacionais de bens, capitais e serviços.

**5.** Nos casos em que ela não era obstada pelos interesses das elites nas potências centrais. Lembremo-nos, contudo, da vastidão de vestígios que apontam para a importância do investimento estrangeiro direto na industrialização de economias então fundamentalmente agrárias. Não podemos pensar o avanço da indústria no continente europeu e nos Estados Unidos sem considerar o papel dos capitais britânicos. A ideia de que Estados (e seus agentes) ocupantes de posição central nas relações interestatais capitalistas, obstarão toda e qualquer iniciativa de industrialização em economias que não sejam a sua, é uma má hipótese; ela desconsidera as condições de cada caso em particular. Não devemos sequer supor algo assim para o caso de instalação de indústrias concorrentes; um determinado grupo de capitalistas que aporta recursos no estrangeiro pode ter mais a ganhar, considerando seus interesses de classe, fomentando essas indústrias concorrentes do que investindo nas indústrias nacionais. É claro que tais iniciativas podem sofrer da oposição por parte de grupos de pressão internos, pelos governos, etc., e eventualmente podem não se concretizar. Contudo, é ingênua a presunção de que múltiplos interesses econômicos organizados em sociedade, sob autoridade de um Estado moderno, comportar-se-ão como insetos sociais, motivados hormonalmente a cumprir a tarefa de fazer prosperar a colônia. Correndo o risco de incorrer em truísmo, e contraparafraseando o Sr. Spock, no nicho das feras capitalistas, as necessidades de muitos não superam as necessidades de poucos; pelo contrário.

**6.** Para o que também concorreu o Banco da França.

**7.** Hobsbawm reconhece esses fatos, mas através de uma interpretação que desmerece sua importância.

**8.** É verdade que o PNB é uma referência de validade meramente relativa quando buscamos medir o poder externo de um Estado. Certamente em uma era onde a guerra assume uma incontornável dimensão industrial e tecnológica, a questão produtiva acaba ganhando maior destaque. Além disso, sob a pressão do problema da democracia de massas, a distribuição de renda também pode ser considerada um elemento com importante interface com a defesa nacional, considerando as necessidades de mobilização de pessoal e suporte político à projeção de poder externa. A importância, então, da produção nacional, e de sua distribuição, deve ser considerada, mas com algum cuidado. Há de se ponderar também qual é a parcela do produto nacional devotada aos gastos militares, e se existem fenômenos que cumprem papel funcional, no sentido da estabilização política interna e da mobilização, que possam substituir uma renda com distribuição mais equilibrada. O tamanho de uma economia industrial por si só já pode ser um ativo a ser empregado na capacidade de barganha de determinado Estado, mas isso deve também

ser sopesado, considerando-se o papel que as transações externas desse país têm no crescimento do próprio produto, e no de seus parceiros.

**9.** Embora os EUA fossem ricos tanto em minérios fosfóricos quanto não fosfóricos.

**10.** Lembremos ainda que economias especialmente situadas na fronteira agrícola ultramarina das economias industriais europeias também eram, a rigor, exportadoras de insumos e matérias-primas altamente impactantes na formação de preços industriais.

**11.** Considerando que a economia norte-americana, na ocasião, era palco de intenso processo de colonialismo interno e de expansão sobre territórios contíguos no oeste da América do Norte, e desse modo, prescindia da expansão ultramarina de sua fronteira agrícola.

**12.** Li *et al.* empregam estimativas do estoque de capital constante em dólares americanos de 1990 na determinação das taxas de lucro. O Japão só está representado na curva a partir do ano de 1905.

**13.** O índice de preços geral para a Grã-Bretanha e Alemanha foi apresentado por Flandreau e Zumer (Table DB13 – Prices), enquanto o índice de preços para os Estados Unidos foi obtido através da *Federal Reserve Economic Database, NBER Macrobistory Database*. Os anos destacados são os de aprofundamento do fenômeno da retração dos lucros, que coincidem com a intensificação dos efeitos da longa depressão e com o acirramento das disputas geopolíticas no âmbito do novo imperialismo.

**14.** Esse nível de generalidade é tão inaceitável, tomado por si só, como aquele a que nos referimos páginas antes, que assume panoramicamente a ideia de “comércio de longa distância”, sem compreender suas interações e significados específicos ao longo de cinco séculos, desde o renascimento comercial e urbano do fim da Idade Média.